



Número: **0840722-65.2020.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **14/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ADRIANO SANTOS DA SILVA (AUTOR)		PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
33247785	14/08/2020 22:27	Petição Inicial	Petição Inicial
33247787	14/08/2020 22:27	1 - Petição Inicial - Adriano Santos da Silva	Documento de Comprovação
33247788	14/08/2020 22:27	2 - Pocuração	Procuração
33247790	14/08/2020 22:27	3 - Identificação e comprovante de residência	Documento de Identificação
33247791	14/08/2020 22:27	4 - Documentos médicos	Documento de Comprovação
33247792	14/08/2020 22:27	5 - Boletim de ocorrência	Documento de Comprovação
33247793	14/08/2020 22:27	6 - Documento da motocicleta	Documento de Comprovação
33247794	14/08/2020 22:27	7 - Resultado administrativo	Documento de Comprovação
33253107	18/08/2020 08:04	Despacho	Despacho
33651683	26/08/2020 21:13	Mandado	Mandado
34219698	11/09/2020 21:37	MAPFRE	Diligência

Segue anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE JOÃO PESSOA – ESTADO DA PARAÍBA.**

ADRIANO SANTOS DA SILVA, brasileiro, casado, pintor, portador do RG nº 2287096 e inscrito no CPF nº 057.406.824-44, residente e domiciliado na Rua Severino Ismael, nº 839, Casa A, Centro, Belém/PB, CEP 58255-000, por seu advogado *in fine* subscrito, com endereço profissional situado à Rua Professor Manoel Coutinho, 391, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO
SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

em desfavor da **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0082-01, com endereço na Av. Presidente Epitácio Pessoa, 723, Bairro dos Estados, João Pessoa – PB, CEP 58030-000, o que faz pelos fundamentos fáticos e jurídicos abaixo articulados

I - DA JUSTIÇA GRATUITA

Conforme explanado no artigo 98 CPC, a parte Autora pleiteia os benefícios da assistência judiciária gratuita, em razão de sua enorme hipossuficiência econômica que não lhe permite, atualmente, pagar custas do processo e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

II - DAS PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

Requer, desde já, a parte Autora que todas as publicações e comunicações dos atos processuais sejam realizadas em nome do advogado **PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM – OAB/PB 27.856**, cujo endereço eletrônico para qualquer comunicação é paulorolimadv@gmail.com



e endereço profissional situado à Rua Professor Manoel Coutinho, nº 391, Bairro dos Estados, João Pessoa-PB. CEP: 58030-222, sob pena de nulidade em caso de descumprimento, nos termos do **art. 272, § 5º, do CPC/2015**.

III – DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Não obstante a criação da Seguradora Líder, qualquer seguradora participante do Consórcio DPVAT é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda.

Nesse sentido, a Suprema Corte no recurso extraordinário, sustentou entendimento acerca dos artigos 1º, inciso III, e 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 4.350/DF e 4.627/DF, ambas relatadas pelo Ministro Luiz Fux, e o Recurso Extraordinário com Agravo nº 704.520/SP, relator o ministro Gilmar Mendes, **com repercussão geral reconhecida, concluiu pela constitucionalidade das alterações promovidas na legislação do seguro DPVAT pelas Leis nºs 11.482/07 e 11.945/09.**

Ocorrendo o sinistro na vigência da Lei nº 11.482/2007, o valor da indenização deve ser no máximo de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), aplicando-se as Resoluções do CNSP e da SUSEP, **para adequar a indenização ao percentual da invalidez suportada.**

Dessa forma, a correção monetária deve ocorrer a partir do evento danoso e os juros de mora devem incidir desde a citação, conforme estabelece o artigo 405 do Código Civil e a Súmula nº 43 do STJ.

Igualmente, o posicionamento do STJ na súmula 540, expõe que: **"Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu".**

Por isso, a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, é cristalina, acerca da matéria:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA/PROMOVIDA. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR E ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM.



Verificando-se que a ação foi ajuizada antes do marco (03.09.2014) estabelecido, pelo STF, na modulação de efeitos do paradigma (RE 631.240) a partir do qual se exigiu o prévio requerimento administrativo para fins de demonstração do interesse de agir; e observando-se, ainda, que a seguradora/promovida apresentou contestação e seguiu defendendo, durante os trâmites processuais, a inexistência de direito da parte ao recebimento da indenização securitária pleiteada na exordial, configurada está a resistência à pretensão autoral, o que evidencia o interesse de agir da parte. **De acordo com posicionamento assente na jurisprudência pátria, qualquer das seguradoras consorciadas do seguro DPVAT tem legitimidade para figurar no polo passivo de ação que tenha por objeto o pagamento do referido seguro, podendo o autor optar pelo manejo contra qualquer delas, sem se exigir a inclusão da seguradora líder.** MÉRITO. AUTOR VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. LAUDO PERICIAL QUE ATESTOU DEBILIDADE PERMANENTE PARCIAL (30%) NA MÃO ESQUERDA. NEXO CAUSAL PRESENTE. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. MONTANTE INDENIZATÓRIO QUE DEVE SER FIXADO EM VALOR PROPORCIONAL AO GRAU DE DEBILIDADE, COM APLICAÇÃO, PARA FINS DE QU. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00002107920078150271, - Não possui -, Relator DESA. MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI, j. em 18-06-2019).

IV- DOS FATOS

No dia 24/03/2018, por volta das 13h30min, a parte autora foi vítima de acidente automobilístico de trânsito, durante o percurso nas proximidades do Giradouro de Tramataí, Guarabira/PB, enquanto transitava conduzindo uma motoneta de marca Honda BIZ 125 EX, ano 2012/2013, cor branca, placa OSS 8644/PB, CHASSI 9C2JC4830DR008702, RENAVAL 00497872986.

Em virtude do ocorrido, foi resgatado e encaminhado ao Pronto Socorro de Fraturas, na cidade de Guarabira/PB. No seu atendimento médico foi constatado que o promovente apresentava **CONTUSÃO DO OMBRO DIREITO (CID 10: S40.0).**

Dessa maneira, após o mencionado acidente adquiriu diversas **sequelas permanentes**, dentre as quais: **PERDA DE FORÇA, REDUÇÃO DA MOBILIDADE, DORES CONSTANTES, INCHAÇO, DORMÊNCIA E FORMIGAMENTO**, conforme laudos médicos acostado aos autos.

O Promovente, em decorrência do acidente de trânsito sofrido, de posse da



documentação exigida em Lei, procurou uma das seguradoras conveniadas à Comprev, **SINISTRO Nº 3180508229**, para receber a indenização pelo acidente de trânsito ocorrido, **tendo seu pedido de indenização negado**. Deplorável a postura adotada pela seguradora, tendo em vista a gravidade das lesões permanentes, bem como as instruções previstas em Lei.

Sendo assim, não restou alternativa ao Promovente senão pleitear a justa indenização a ele devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente do grave acidente de que foi acometido, em observância à disposição contida no inciso II, do artigo 3º, da Lei nº 6.194/74 alterado pela Lei nº 11.482/2007.

V – DO DIREITO

A cobertura do seguro obrigatório – DPVAT – abrange os casos de indenização por morte ou por invalidez permanente e de reembolso de despesas médico-hospitalares, objetivando proporcionar a todas as vítimas de acidentes automobilísticos indenizações pelos danos sofridos.

Para o recebimento do seguro DPVAT, nos termos do art. 5º da Lei 6.194/74, com as alterações dadas pela Lei 8.441/92, basta que se comprove o acidente e o dano dele decorrente.

No caso em deslinde, observa-se a presença dos dois requisitos mencionados em lei. Primeiramente, a parte promovente foi vítima de acidente de trânsito, sendo surpreendida com o incidente danoso.

Ademais, e para assegurar que lhe é devido justa indenização, o acidente resultou em invalidez permanente, como bem demonstrado nos laudos médicos em anexo.

Por assim ser, a Promovente preencheu todos os requisitos do art. 5º da Lei 6.194/74, quais sejam: **PROVA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO E O DANO ORIUNDO DELE**.

Sobre isso, a jurisprudência dominante:

AGRAVO INTERNO. MONOCRÁTICA NA QUAL NEGOU- SE SEGUIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. DESPROVIMENTO. **Para pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT, exige a Lei 6.194 de 19 de novembro de 1974, em seu artigo 5.º, a simples prova do acidente e do dano dele decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº00025857920128150141,3ª Câmara



Especializada Cível, Relatora DESA. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS
GUEDES, j. em 27-10-2015)

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA SEGURO DPVAT. COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE DE TRÂNSITO DEMONSTRADA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. Para o pagamento da indenização securitária DPVAT é necessária a comprovação do acidente de trânsito e do dano decorrente, conforme o art. 5.º, caput, da Lei 6.194/74. O autor juntou cópia do boletim de ocorrência e de prontuário médico de urgência, pelo que é afastada a hipótese de impossibilidade jurídica do pedido, pois suficientemente instruída a inicial. A correção monetária incide a partir da data do evento danoso. Os juros de mora deverão incidir a partir da citação. (TJ-MG - AC: 10325130001424001 MG, Relator: Amorim Siqueira, Data de Julgamento: 30/07/2014, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/08/2014)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE - EFETUADA - LAUDO PERICIAL PARTICULAR - PROVA NÃO IMPUGNADA - INVALIDEZ PERMANENTE - DANO CORPORAL PARCIAL - SINISTRO OCORRIDO DEPOIS DA ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI Nº. 11.482/2007 E PELA LEI 11.945/09-QUANTUM PROPORCIONAL. Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, para que a vítima faça jus ao recebimento de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório, basta a comprovação da prova do acidente e do dano decorrente, ônus do qual se desincumbiu o autor. Nos termos do art. 333, II do CPC, compete ao réu provar a existência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. O julgador não está adstrito ao laudo pericial, entretanto, é este o meio de suprir a carência de conhecimentos técnicos para a apuração dos fatos, mormente quando a elucidação do fato depender de conhecimento técnico. (TJ- MG - AC: 10647140033257001 MG, Relator: Edison Feital Leite, Data de Julgamento: 28/05/2015, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/06/2015)

Entretanto, vejamos o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*: Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Desse modo, é vislumbrada a clareza do legislador, ao estabelecer, em seu “art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano



decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Acompanhando os ensinamentos das Cortes Superiores, vejamos jurisprudência do TJPB:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - **ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEQUELA - DANO DEFINITIVO PARCIAL INCOMPLETO** -MÃO ESQUERDA - GRADUAÇÃO MÉDIA DA INCAPACIDADE PERMANENTE 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) - **OBSERVÂNCIA DA TABELA ANEXO DA LEI Nº 6.194/1974** - QUANTUM ESTIPULADO NA SENTENÇA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - ART. 932, IV, A DO CPC/15 - DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO. - A Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça respalda que: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." **(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00011104420148150521, - Não possui -, Relator DESA. MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI, j. em 20-09-2019)**

Desta forma, por tratar-se de invalidez cristalina à luz do acervo probatório médico anexo aos autos, é inadmissível a negativa por parte da ré, que em total desarmonia com o que ensina a Lei nº 6.194/1974 como também a tabela anexo, indeferiu o pleito, embora restasse devidamente comprovado a invalidez permanente adquirida.

Sendo assim, o autor não encontrou outra saída, senão buscar a tutela do Poder Judiciário, com embasamento jurídico previsto na Constituição Federal, bem como na Lei 6.194/74.

VI – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Pelo exposto, requer a **TOTAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO**, nos seguintes termos:

- a) A citação da empresa seguradora, na pessoa do seu representante legal, a fim de que, querendo, apresente sua defesa, no tempo devido, sob pena de revelia, vide arts. 239 e 344 ambos do CPC;
- b) A **concessão do benefício da assistência judiciária gratuita**, tendo em vista que o Autor não apresenta, atualmente, condições financeiras suficientes para arcar com as



custas processuais sem comprometer o seu sustento e da sua família, nos termos do art. 98, da Lei 13.015/15;

- c) Que todas as publicações e comunicações dos atos processuais sejam realizadas em nome do advogado **PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM – OAB/PB 27.856**, cujo endereço eletrônico é paulorolimmadv@gmail.com e endereço profissional na Rua Professor Manoel Coutinho, nº 391, Bairro dos Estados, em João Pessoa-PB. CEP: 58030-222, sob pena de nulidade em caso de descumprimento, nos termos do **art. 272, § 5º, do CPC/2015**;
- d) Que submeta a parte autora à perícia médica, a fim de aquilatar o seu estado de saúde, facultando apresentação de quesitos, tal como autorizado pelo art. 12 da Lei 10.259/2001;
- e) Requer a dispensa da audiência de conciliação, conforme o art. 334, §4º, I, **§5º, do Código de Processo Civil, já que a matéria necessita da realização de perícia médica**;
- f) A **condenação da Ré ao pagamento da indenização, no valor de R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros e correção monetária;
- g) A condenação da Ré ao **recolhimento de custas e pagamento dos honorários advocatícios**, à base de 20% sobre o total apurado quando da liquidação do julgado, ou critério deste douto Juízo;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, em especial prova testemunhal, pericial, documental, bem como outras que se fizerem pertinentes.

Dando-se à causa o valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nesses termos,
pede deferimento.

João Pessoa, 14 de agosto de 2020.

PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM
OAB/PB 27.856



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE:

Eu, Adriano Santos da Silva, Portador
do RG: 9.987.096 e CPF: 057.406.829-44, Residente
no endereço: Rua Soterino Israel, n° 933, Centro
Belém, Pará, C.P.: 58000-000.

OUTORGADO: PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/PB sob nº 27.856, cujo endereço eletrônico para qualquer comunicação é paulorolimm1@outlook.com e com endereço profissional situado à Rua Professor Manoel Coutinho, nº 391, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, CEP 58015-590.

PODERES: o outorgante nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador amplos poderes para o foro em geral, nos termos do art. 105 do NCPC, com a cláusula "ad judicium et extra", para representá-lo em repartições públicas federais, estaduais, autarquias e especialmente perante requerer junto à qualquer seguradora integrante do Consórcio **Seguro DPVAT**, o pagamento do sinistro, que vitimou em acidente de trânsito do cliente acima mencionado, conforme registrado pelo B.O. anexo ao processo.

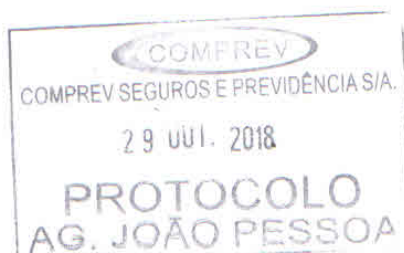
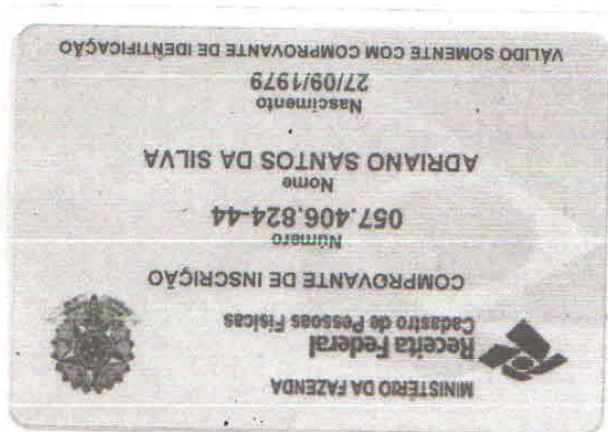
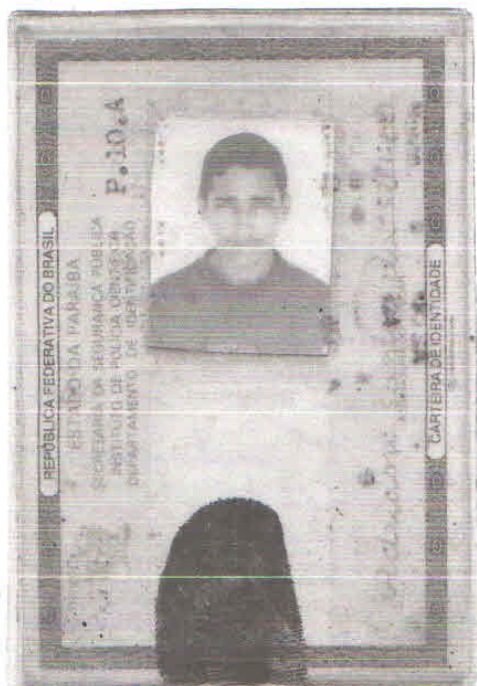
Desta forma tratando de assuntos de seu interesse, assinando requerimentos e outros papéis, requerer indenizações, desistência, obter vistas em procedimento administrativo, conferindo-lhes ainda poderes para, em qualquer juízo, Instância ou tribunal, propor ação revisional e/ou inicial, seguindo-a até o final, utilizando-se dos recursos legais e acompanhando-os, sendo expressamente autorizados a confessar, prestar depoimento pessoal, desistir, renunciar aos valores excedentes a 60 salários mínimos em razão do procedimento especial (art. da lei 10.259/2010), transigir, firmar compromissos e acordos, receber intimações, citações administrativas ou judiciais, agindo tudo em conjunto ou separadamente, autorizado o substabelecimento total ou parcial a outrem. Bem como, representar o(a) outorgante como se o(a) próprio(a) fosse, podendo requerer, **assinar recibos, assinar Declarações de endereço, assinar Autorização de Pagamento/Crédito de Indenização de Sinistro DPVAT, para o pagamento de quitação da Indenização de Sinistro DPVAT, bem como outras indenizações que se fizerem pertinentes**, enfim requerer e assinar todos os papéis e documentos que forem precisos e praticar todos os demais atos necessários para o mais amplo e fiel cumprimento do presente mandato.

DECLARAÇÃO: O(a) (s) outorgante(s) **DECLARA(M)**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar as despesas inerentes à presente ação, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do artigo 5º, da Lei 1.060/50 e art. 98 do NCPC.

João Pessoa, 15 de Julho de 2020.

Adriano Santos da Silva
Outorgante





COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.
29 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
057.406.824-44

Nome
ADRIANO SANTOS DA SILVA

Nascimento
27/09/1979

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2287098 21 MAIO 1988

ADRIANO SANTOS DA SILVA

Antônio Costa da Silva
Maria Matias dos Santos

Rio de Janeiro-RJ 27.09.1979

Cert. Nasc. 26.428.Fls. 164v. Liv. 581.

Cart. Rio de Janeiro-RJ

LEI Nº 7.116 DE 20/06/81

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA ORIENTADA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P. 10.0.4



DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para sempre pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica. Nº 014.309.463



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

JOSE EDILSON DEOCLECIANO
RUA SEVERINO ISMAEL 839 CASA A
BELEM

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1812406-5

REFERÊNCIA

OUT/2018

APRESENTAÇÃO

19/10/2018

CONSUMO

128

VENCIMENTO

26/10/2018

TOTAL A PAGAR

R\$ 118,30

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AGUI

JOSE EDILSON DEOCLECIANO

Roteiro: 11-056-830-0718

83610000001-4 18300054000-9 18124062018-5 10400056019-3

VENCIMENTO

26/10/2018

TOTAL A PAGAR

R\$ 118,30

MATRÍCULA

1812406-2018-10-4



Assinado eletronicamente por: PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM - 14/08/2020 22:26:36

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20081422263564000000031823358>

Número do documento: 20081422263564000000031823358

Num. 33247790 - Pág. 3

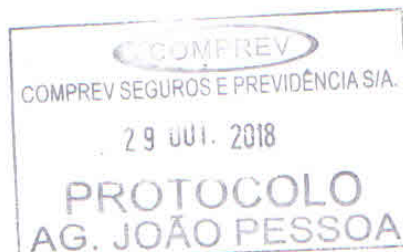
Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda.

Avenida Rui barabosa Nº 240 – Centro – Guarabira-PB.

Fone: (83) 3271 1156

Fax: (83) 3271 4032

DECLARAÇÃO



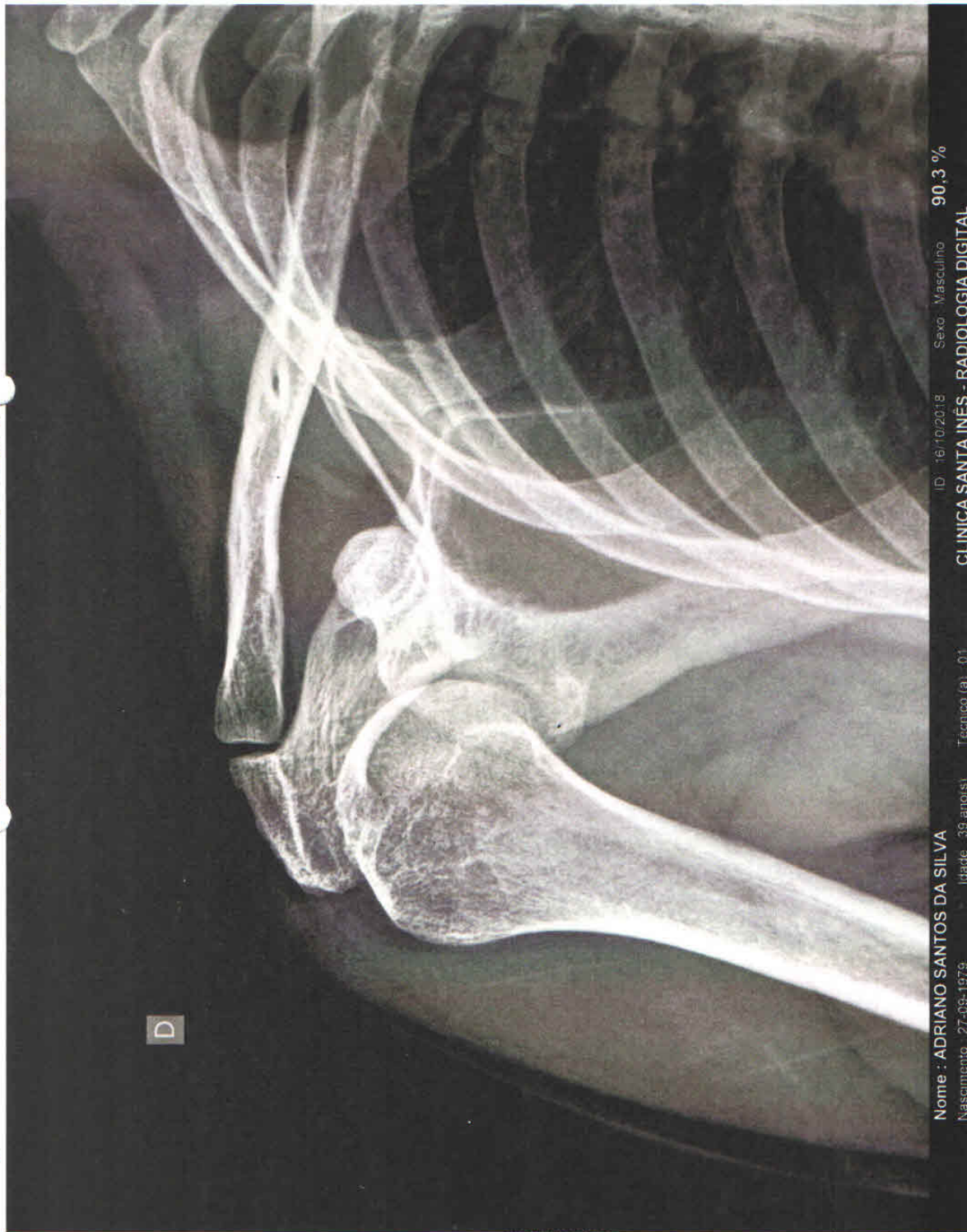
Declaramos para os devidos fins, que revendo nossos arquivos constatamos que o paciente, ADRIANO SANTOS DA SILVA, Pintor, brasileiro, **portador** do RG: 2.287.096 SSP-PB, residente e domiciliado à rua Severino Ismael Nº 539, centro, Belém-PB, foi atendido neste Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda – CNPJ: 09.239.906/0001-38, vítima de acidente de motocicleta (informado pelo mesmo), compareceu no dia 24/03/2018, tendo como diagnóstico de Contusão do Ombro direito CID 10 S40.0, com quadro clínico exame realizado raios x do Ombro direito e sem imobilização devido as escoriações, retornou nestas respectivas datas 28/03/2018, 11/04/2018 e 09/05/2018, para controle radiológico e avaliação médica. Conforme consta na ficha Ambulatorial Nº 351.452/2018, em nossos arquivos.

Guarabira, 09 de Maio de 2018.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulo Roberto da Silva Rolim', written over a horizontal line.

Pronto Socorro de Fraturas
Guarabira - Paraíba





Nome : ADRIANO SANTOS DA SILVA Sexo : Masculino 90,3 %
Idade : 39 anos ID : 16/10/2018 CLÍNICA SANTA INES - RADIOLOGIA DIGITAL
Técnico (a) : 01

Rua Edívardo Toscano - 209 - Bela Vista - Guarabira PB - CEP.: 58.200-000
Fones: (83) 3271.1100 - 3271.1333 - 9 8760-0266 (01)

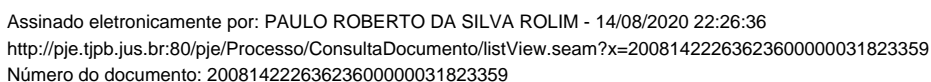
29 OUT. 2018

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



Don't

*Dr. Maria Gracia Thomas
Cruz Team - CPT Services, Inc.*



EVOLUÇÃO

DATA:

28/03/18 *presteia*

11/04/18 *na*

*Osvaldo D
gaurax*

09/05/18 *na*

*Osvaldo D
gaurax*

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.
29 OUT. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA





BOLETIM DE Ocorrência POLICIAL

Livro nº 001/2018
Ocorrência nº. 198/2018

Aos VINTE E QUATRO dias de MAIO de DOIS MIL E DEZOITO, nesta cidade de Guarabira/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr. FABIO FACCILO Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) do seu cargo, aí, por volta 20h:20min, **compareceu a PESSOA a seguir qualificada:**

ADRIANO SANTOS DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO, PINTOR, NATURAL DO RIO DE JANEIRO-RJ, NASCIDO EM 27/09/1979 (38 ANOS), RG Nº 2287096 SSP/PB E CPF Nº 057.406.824-44, FILHA DE ANTONIO COSTA DA SILVA E MARIA MATIAS DOS SANTOS, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA SEVERINO ISMAEL, 435, CENTRO, BELÉM/PB. PONTO DE REFERÊNCIA (BAR TRÊS ESTRELAS) FONE: 83 99943-6146.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme a seguir enumerado:

- 1) **Natureza do fato:** ACIDENTE DE TRÂNSITO;
- 2) **Data do fato:** 24 de MAÇO de 2018;
- 3) **Horário do fato:** APROXIMADAMENTE ÀS 13:30 min;
- 4) **Local do fato:** NÓ GIRADOURO DE TRAMATAÍ, GUARABIRA-PB.

5) **Descrição do(s) bem(ns)/valor(ES)/objeto(s) roubado(s):**

IGNORADO

6) **Indica e descreve a(s) pessoa(s) a seguir como suspeita(s) do crime:**

IGNORADO.

7) **Breve resumo do fato:**

QUE, NO DIA 24-03-2018, POR VOLTA DAS 13:30 HORAS, SOFREU UM ACIDENTE DE TRÂNSITO QUANDO PILOTAVA UM VEÍCULO TIPO/ESPÉCIE: MOTONETA, MARCA/MODELO: HONDA/BIZ 125 EX, PLACA: OSS-8644-PB, COR: BRANCA, ANO FABRICAÇÃO/MODELO: 2012/2013, CHASSI: 9C2JC4830DR008702, RENAVAM: 00497872986, REGISTRADO NO DETRAN-PB EM NOME DE JOSÉ ANTONIO DA SILVA. FOI ATENDIDO NO DIA E HORÁRIO SUPRACITADO NO PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DA CIDADE DE GUARABIRA-PB, CONFORME DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA NESTA DELEGACIA. MOTIVO PELO QUAL, PROCUROU ESTA DELEGACIA PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

OBSERVAÇÕES DA UNIDADE POLICIAL:

não consta.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

Adriano Santos da Silva
ADRIANO SANTOS DA SILVA
Comunicante

[Assinatura]
Escrivã(o)/Agente

Modelos_Delegacia_11AMILTO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADANIAS

DETRAN - PB
Nº 013814346245
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
VIA: CDD, REN, DRT 201802000006387-3
1 0049787298-6 00/00000000 2018

JOSE ANTONIO DA SILVA

02519688475
PLACA ANT/UF OFF8644/PB

NOVO PB 9C2JC4830DR008702

PAS/MOTONETA/NAO APLIC COMBUSTIVEL
ALCO/GASOL

HONDA/BIZ 125 EX ANO FAB 2012 ANO MOD 2013

2 P/124 /CI CATEGORIA BRANCA

IPVA PAGO EM 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TARIFARIO (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

SEM RESERVA DE DOMINIO

BELEM-PB 19267

02/05/2018 31054

PB Nº 013814346245 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2018 DATA EMISSÃO 02/05/2018

1 02519688475 PLACA OFF8644/PB

00497872986 HONDA/BIZ 125 EX

2012 9 9C2JC4830DR008702

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) ***** DEVALTRAN (R\$) *****

CUSTO DO BILHETE (R\$) ***** CUSTO DO SEGURO (R\$) *****

SEGURO P A G O

DATA DE OBITACAO 13/04/2018

SEGURO P A G O

31054-0952140-20180502

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.
29 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

SINISTRO 3180508229 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ADRIANO SANTOS DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO ADRIANO SANTOS DA SILVA

CPF/CNPJ: 05740682444

Posição em 08-01-2020 16:59:26

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.





Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0840722-65.2020.8.15.2001

DESPACHO

Vistos.

Defiro o pedido de gratuidade de justiça.

Cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Juiz(a) de Direito



Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA()

Nº do processo: 0840722-65.2020.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Seguro]

MANDADO DE CITAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte Nome: MAPFRE, Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, n 723, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertência do art. 344 do CPC/2015.

JOÃO PESSOA, em 26 de agosto de 2020.

De ordem, VALDILENE FERREIRA SEIXAS
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: :
20081422263447600000031823355



CERTIDÃO

Certifico que dei inteiro cumprimento ao presente mandado/ofício conforme ciente exarado, pelo(a) Funcionária Ednayara Luiza, que afirmou estar habilitado(a) a receber o documento. Segue mandado anexo. Dou fé.

27/08/2020

- Tribunal de Justiça da Paraíba

Successfully created

Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA()

Nº do processo: 0840722-65.2020.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Seguro]

MANDADO DE CITAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte Nome: MAPFRE, Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, n 723, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

JOÃO PESSOA, em 26 de agosto de 2020.

De ordem, VALDILENE FERREIRA SEIXAS
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO :

20081422263447600000031823355

Assinado eletronicamente por: VALDILENE FERREIRA SEIXAS
26/08/2020 21:13:24
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 33651683



20082621132438100000032201269

imprimir

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A.
CNPJ: 01.974.175/0001-01
Av. Pres. Epitácio Pessoa, 723
B. dos Estários - CEP: 58030-000
JOÃO PESSOA-PB

11/09/20
09:50

https://pje.tjpb.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=32201269&idProcessoDoc=33651... 1/1

